

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS
CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA

RESOLUÇÃO Nº 02 DE 27 DE JANEIRO DE 2004.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS, PRESIDENTE DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelas Leis nº 4.319 de 16 de março de 1964 e nº 10.683 de 28 de maio de 2003,

Considerando o elevado número de denúncias de prática de tortura encaminhadas ao CDDPH;

Considerando a preocupação do Governo Federal e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos em conferir cumprimento às obrigações internacionais decorrentes da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, ratificada pelo Brasil em 1989, bem como às recomendações formuladas pelo Relator Especial contra a Tortura (ONU) Sir Nigel Rodley e pelo Comitê Contra a Tortura da Organização das Nações Unidas;

Considerando os princípios constitucionais concernentes à dignidade humana, à prevalência dos direitos humanos, bem como o direito à não ser submetido à tortura, nem a tratamento desumano ou degradante;

Considerando os esforços do Governo Federal no combate à prática de tortura no Brasil;

Considerando a firme disposição do Governo Federal, observadas as competências constitucionais, de colaborar com os governos estaduais no que necessário for para coibir e erradicar a prática da tortura no País;

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Grupo Móvel de Combate à Tortura, vinculado ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana tendo por objetivo conhecer e acompanhar denúncias de crimes de tortura em todo o País e elaborar sugestões de mecanismos que proporcionem maior eficácia à prevenção e repressão a esses crimes.

Art. 2º Compete ao Grupo Móvel:

I. Deslocar-se a estabelecimentos policiais, prisionais e a unidades de cumprimento de medidas sócio-educativas em que hajam denúncias da prática de tortura;

- II. Tomar depoimentos de vítimas e testemunhas, entrevistar agentes penitenciários e autoridades policiais com vistas a determinar as circunstâncias em que ocorreu a tortura;
- III. Elaborar relatórios dirigidos ao Secretário Especial dos Direitos Humanos e ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana ao término de cada missão;
- IV. Reportar ao Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana - CDDPH a ocorrência de eventuais violações de direitos humanos com o fito de posteriores encaminhamentos aos órgãos competentes;
- V. Desenvolver ações coordenadas e/ou concomitantes com ações desenvolvidas nas esferas estaduais e locais, podendo ainda, estabelecer parcerias com os Estados da Federação, com vistas a alcançar o objetivo de suas missões, sem prejuízo da utilização dos meios legais de prevenção e repressão à prática do crime de tortura;

Art. 3º O Grupo Móvel terá a seguinte composição:

- PERLY CIPRIANO, Subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Secretário Executivo do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana;
- PEDRO LUIS ROCHA MONTENEGRO, Chefe da Ouvidoria Geral da Cidadania da Secretaria Especial dos Direitos Humanos;
- HUMBERTO PEDROSA ESPÍNOLA, Membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana;
- PERCÍLIO DE SOUSA LIMA NETO, Membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana;
- MARIA ELIANE MENEZES DE FARIAS, Membro do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana;
- Dois representantes do Ministério Público Federal;
- Dois representantes do Departamento de Polícia Federal;
- Dois representantes da Defensoria Pública da União;
- Dois representantes da Defensoria Pública dos Estados;
- Dois representantes do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;
- Dois representantes do Conselho Nacional de Procuradores Gerais de Justiça do Brasil;
- Um representante do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente/CONANDA.

§ 1º Os representantes da Defensoria Pública dos Estados serão indicados pela Associação Nacional dos Defensores Públicos/ANADEP e os demais membros do Grupo Móvel pelos titulares de seus respectivos órgãos.

§ 2º Poderão ser convidados a prestarem colaboração eventual ao Grupo Móvel: Legistas, Peritos, Psicólogos, Psiquiatras e outros profissionais cujas habilidades e competências sejam necessárias ao bom desempenho das atividades do Grupo Móvel.

Art. 4º. A Coordenação Geral do Grupo Móvel de Combate a Tortura será exercida pela Chefia da Ouvidoria Geral da Cidadania da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Art. 5º A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal e o Departamento de Polícia Federal prestarão à Comissão Especial o apoio necessário ao exercício de suas atribuições.

Art. 6º Fica revogada a Resolução nº 29 de 25 de maio de 2003.


NILMÁRIO MIRANDA